



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

Vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 - NIRE nº 53300002231

COMITÊ DE AUDITORIA

**ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2019**

Aos doze dias do mês de agosto do ano de 2019, às 8h00min, presencialmente na sede da Companhia, reuniram-se, ordinariamente, os membros do Comitê de Auditoria da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras. Convocação: Na forma do artigo 17 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD). [1] – **Avaliação da minuta da Política de Ativo Imobilizado, Intangível e Estoque.** [2] – **Questionamento ao Plano de Negócios do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).** O Comitê de Auditoria solicitou a presença do gerente jurídico, Gabriel Bianchi, e do gerente de vendas, Bruno Henriques, para questionamentos sobre os controles contábeis e sobre o plano de negócios do SGDC. Foi esclarecido que o levantamento de ativo imobilizado do satélite é feito por empresa contratada pela Telebras. Bruno Henriques explicou que, em 2017, no Plano de Negócios do SGDC, identificou-se o risco da Telebras em fazer o controle, a gestão e a manutenção dos terminais de usuários devido ao reduzido número de pessoal. Este risco foi mitigado com a parceria com a Viasat. No plano de negócios, com as responsabilidades entre as parceiras definidas, os investimentos com as gateways ficam a cargo da Telebras, enquanto a aquisição de equipamentos como, por exemplo, modeladores e demoduladores, seriam da Viasat. Quanto à depreciação do SGDC, apontou-se que este tem uma vida útil contratual de 15 anos, esclarecendo-se que tal prazo está atrelado à quantidade de combustível do satélite. Bruno afirmou que uma equipe técnica emite pareceres periódicos a esse respeito. Quanto aos estudos do plano de negócios do SGDC, informou-se que a metodologia utilizada foi a de fluxo de caixa descontado. Gabriel Bianchi atualizou os membros do Comitê sobre os processos judiciais que questionavam a validade do contrato com a Viasat. Ao ser indagado se os processos ainda em curso podem gerar perda para a Telebras, Gabriel disse acreditar que não, pois, no mérito, os argumentos da empresa estão bem amparados em lei. O contrato tem base legal e as readequações pontuais foram efetivadas. O Tribunal de Contas da União solicitou um plano de acompanhamento da parceria, o que está sendo avaliado pela Comissão de Gestão do Contrato Associativo de Parceria Estratégica (CGCAPE). O Comitê de Auditoria solicitou o envio do plano de negócios e, para a próxima reunião, pediu a presença de Valter Silva para tratar da gestão de risco de controle interno. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Esta ata vai assinada pelos membros do Comitê de Auditoria presentes e pela Secretária da reunião.


Miguel da Silva Neubern Junior
Presidente


Lourivana Rodrigues de Lima
Membro


André Luís Amaral de Oliveira
Membro


Isadora Rabelo Hausen
Secretária